

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

REQUERIMENTO Nº , DE 2017

(Do Sr. CABUÇU BORGES)

Requer a realização de audiência pública para debater os aspectos relacionados com a Reserva Nacional do Cobre e Associados - RENCA

Senhor Presidente:

Requeiro com fundamento no art. 255 do Regimento Interno, que esta Comissão de Minas e Energia realize audiência pública com o propósito de debater os aspectos relacionados com a Reserva Nacional do Cobre e Associados – RENCA.

Conforme prevê o art. 32, XIV, o campo temático desta Comissão de Minas e Energia abrange os seguintes assuntos: políticas e modelos mineral e energético brasileiros; a estrutura institucional e o papel dos agentes dos setores mineral e energético; formas de acesso ao bem mineral; empresas de mineração; comercialização e industrialização de minérios; fomento à atividade mineral; e regime jurídico dos bens minerais e dos recursos energéticos.

Solicitamos que sejam convidadas a participar da audiência as seguintes autoridades:

Antônio da Justa Feijão Advogado e Consultor da Comissão de Meio Ambiente do Senado Federal.

CPRM – Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - Lucia Travassos da Rosa-Costa Doutora em Ciências na Área de Geoquímica e Petrologia.

Representante da WWF-Brasil.

Representante da Greenpeace-Brasil.

JUSTIFICAÇÃO

. Diante do impacto na sociedade, o Presidente revogou o decreto e editou outro, criando um Comitê de Acompanhamento, que terá representantes do Ministério de Minas e Energia, Ministério do Meio Ambiente, Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, Ministério da Justiça e Segurança Pública e Agência Nacional de Mineração.

A Renca foi criada pelo Decreto nº 89.404, de 24 de fevereiro de 1984, ficando estabelecido no art. 2º que os trabalhos de pesquisa caberiam exclusivamente à Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM.

Está localizada nos Estados do Pará e Amapá. Não se sabe, até hoje, qual é o verdadeiro potencial da área. No entanto, existem focos de garimpos ilegais como vem sendo denunciado nos meios de comunicação. Na área existem áreas protegidas, como unidades de conservação e terras indígenas, que, segundo noticiários, representam mais de 70% da Renca.

Desde a publicação do decreto presidencial, o assunto veio a dominar os debates nesta Casa Legislativa.

Nada mais apropriado do que trazer para o âmbito desta Comissão de Minas e Energia o debate sobre os vários aspectos que envolvem a questão em foco.

Sala das Sessões, em de de 2017.

Deputado CABUÇU BORGES